

BOLETIM 459

Brasília, 28 de outubro de 2017

Protesto do FST contra reformas do governo Temer agita São Paulo

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) realizou na manhã desta sexta (27), em São Paulo, mais um protesto do 'Movimento Resistência – Por um Brasil Melhor'. A manifestação ocorreu em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, na praça Ramos de Azevedo, com participação de representantes de Sindicatos, Federações e Confederações de várias categorias.

Desde que foi lançado, no início de setembro, o Movimento já realizou atos contra a implementação da reforma trabalhista e aprovação da reforma da Previdência em 14 Estados.

O coordenador do FST e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA Afins), Artur Bueno de Camargo, destaca que o trabalho está crescendo e, cada vez mais, integrando diferentes categorias. "Isso é fundamental, para que possamos fazer a grande luta de classe no nosso País", explica.

Ele destacou que o Movimento Por um Brasil Melhor vai reforçar as manifestações do Dia Nacional de Mobilização em defesa dos direitos, marcado para o dia 10 de novembro. "Vamos apoiar e participar", enfatiza Artur.

Para Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da



Confederação da categoria, a gestão de Michel Temer está tentando enfraquecer a luta coletiva dos trabalhadores, mas com unidade de ação o sindicalismo vai enfrentar os ataques aos direitos. "É um governo que já caiu, mas continua mandando. Comprando deputados e alienando a população e nós não podemos admitir mais isso", frisa.

"Nós precisamos trazer consciência ao trabalhador, que está anestesiado com tantos problemas que essa 'deforma' produziu", destaca o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), Oswaldo de Barros.

Núcleo - Após o ato, às 14 horas, os sindicalistas voltaram a se reunir na sede da Federação dos Trabalhadores na Alimentação do Estado de São Paulo (Fetiasp), para criar o núcleo local do Movimento.

Minas – Em Minas, o FST também patrocinou ato público pela manhã contra as reformas de Temer e em apoio a Projeto de Lei de Iniciativa Popular para revogação da lei trabalhista na Praça Sete, no centro de Belo Horizonte **(foto)**. No período da tarde, os sindicalistas reuniram-se na sede do SINDIPÃO para constituir o núcleo no Estado que dará continuidade ao trabalho.

Fonte: Agência Sindical

CNI: índice de ociosidade da construção civil está em 42%

A construção civil apresentou, em setembro, um nível de ociosidade alto, com 42% das máquinas e equipamentos e pessoal parados. De acordo com a Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta sexta-feira (27) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a ociosidade “é fruto da baixa atividade do setor”.

O levantamento mostra que o nível de utilização da capacidade de operação do setor de construção civil ficou em 58% em setembro. De acordo com a CNI, o índice de evolução do nível de atividade ficou em 46,4 pontos em uma escala de 0 a 100 pontos. O resultado obtido em setembro é 0,3 ponto inferior ao registrado no mês de agosto.

Ainda segundo a sondagem, o indicador relativo ao número de empregados recuou para 45,2 pontos, ficando 0,6 ponto abaixo do de agosto. Nessas escalas, valores abaixo de 50 pontos indicam queda na atividade e no emprego.

As dificuldades, no entanto, não parecem ter prejudicado a confiança dos empresários, uma vez que o Índice de Confiança do Empresário da Construção aumentou pelo terceiro mês seguido, ficando acima de 50 pontos – margem que separa o otimismo do pessimismo – em outubro. Nesse quesito, o índice ficou em 53,8 pontos. O resultado está acima da média histórica, de 52,6 pontos. Na avaliação da CNI, o indicador demonstra otimismo do empresariado com as condições da economia e das empresas nos próximos seis meses.



“A alta é explicada pela melhor avaliação do componente de expectativa, que aumentou 0,6 ponto entre setembro e outubro, passando de 57 pontos para 57,6 pontos. O indicador referente às condições atuais manteve-se estável, em 46,1 pontos, e continua a indicar piora das condições correntes de negócios”, diz a CNI.

Em nota, a economista da CNI Flávia Ferraz considera a redução dos juros e a recuperação gradual da economia decisivas para a melhora da confiança dos empresários do setor. “A construção depende muito de financiamentos e, com a queda dos juros, caem os custos dos empréstimos para os compradores de imóveis e para as empresas que precisam de financiamentos”, afirma Flávia.

Entre os problemas apontados pela pesquisa estão a carga tributária, com 32,3% das menções; a demanda interna insuficiente (30,6%); a falta de capital de giro (27,7%); e a taxa de juros elevada (27,2%). A Sondagem Indústria da Construção de setembro foi feita entre 2 e 17 de outubro com 615 empresas (204 de pequeno porte; 287 de médio; e 124 de grande porte).

Fonte: Agência Brasil

Governo Temer: um castelo de areia

Diante dessa nova reconfiguração, o protagonismo na condução política do País ficará (ou continuará) por conta do Congresso Nacional, sob a coordenação dos presidentes da Câmara e do Senado e de alguns destacados parlamentares que conduzem a pauta de votações e os acordos no Poder Legislativo, e buscam as garantias necessárias para sanção pela Presidência da República.

*André Santos**

A votação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer (PMDB) poderá trazer para sua base de apoio no Congresso Nacional mais prejuízos do que a sensação de fortalecimento político, que transparece com as dissidências e ausências dentro dos partidos governistas e a redução de votos obtidos comparados à primeira denúncia.

As principais pautas do Planalto poderão ter dificuldade de tramitação nas Casas Legislativas; em primeiro lugar, porque algumas dessas matérias dependem de quórum qualificado, como é o caso da PEC 287/16, que trata da reforma da Previdência, parada na Câmara.

O segundo ponto é a falta de compromisso programático (democrático) do governo, que responde a interesses de sua base, como exemplo: a atual Portaria 1.129/17, publicada pelo



Ministério do Trabalho (MTE), sobre trabalho escravo e exigências do mercado em troca de apoio político para poder finalizar o seu mandato.

Em terceiro, a proximidade das eleições gerais de 2018 coloca deputados e senadores em plena campanha eleitoral, fazendo com que parlamentares ditos aliados iniciem seu desembarque da base de Temer, em especial pela baixa avaliação do governo nesse novo contexto político.

Diante dessa nova reconfiguração, o protagonismo na condução política do País ficará (ou continuará) por conta do Congresso Nacional, sob a coordenação dos presidentes da Câmara e do Senado e de alguns destacados parlamentares que conduzem a pauta de votações e os acordos no Poder Legislativo, e buscam as garantias necessárias para sanção pela Presidência da República.

Servidores - O alvo nesse final de ano poderá ser direcionado para os servidores públicos. As ameaças constantes de inviabilizar a recomposição salarial de algumas carreiras e os debates sobre teto de remuneração e piso para ingresso no serviço público são alertas do



governo, mas com apoio dentro dos demais poderes, Legislativo e Judiciário.

No Legislativo, o debate sobre a possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho no Senado (PLS 116/17), além do PLP 248/98, na Câmara, e a discussão do projeto de lei em tramitação sobre o teto de remuneração dos servidores (PL 6.726/16) são indicativos desse cenário. No Judiciário, os movimentos em relação aos aumentos sem a devida previsão orçamentária — (RE) 905357 — que poderá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal também servem de alerta para este grupo.

“Pauta social” - Os presidentes das Casas — Senado e Câmara — devem resgatar as agendas “positivas”. O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) já anunciou a possibilidade de criação de uma “pauta social”. Seu objetivo é apresentar propostas para votação até o final do ano, mas que tenham impacto na sociedade. Maia deverá concentrar seus esforços em projetos na área de segurança como forma de alavancar sua própria campanha no Rio de Janeiro e a possível candidatura de seu pai ao Palácio da Guanabara.

Ainda existe a possibilidade de até o final do ano, o governo, por pressão de entidades sindicais de trabalhadores e de parlamentares ligados a esse segmento, editar medida provisória ou projeto de lei com urgência constitucional para recompor perdas dos trabalhadores e dos sindicatos com a Lei 13.467/17, conhecida como a Lei da Reforma Trabalhista.

() Analista político do Diap
Fonte: Diap*

Paim acusa governo de 'brincar com pólvora no paiol lotado'

O senador Paulo Paim (PT-RS) advertiu que o governo “está brincando com um rastilho de pólvora e o paiol lotado de dinamite” ao cogitar levar adiante a Reforma da Previdência. Paim lembrou que o relatório da CPI da Previdência, apresentado esta semana e aprovado por unanimidade, concluiu pela inexistência do déficit alegado pelo governo.

— É inadmissível. Eu não acredito que o povo brasileiro vai aceitar qualquer tipo de Reforma da Previdência que venha a retirar direitos. Vamos mandar esse relatório para todos os senadores. Relatório que ninguém contestou — afirmou o senador gaúcho.

Avicultura e energia - Paim aproveitou o pronunciamento para encaminhar um pleito do setor da avicultura do Rio Grande do Sul. Os produtores querem que o governo interceda junto ao Chile para que cesse o embargo ao setor avícola do estado, iniciado em 2006 devido a uma epidemia viral em aves de fundo de quintal.

O senador manifestou ainda apoio à instalação de uma usina termelétrica na cidade de Rio Grande. Segundo ele, seriam gerados cerca de 5 mil empregos diretos e indiretos, compensando em parte a perda de postos de trabalho devido à crise do polo naval do município.

Fonte: Agência Senado

Audiência denuncia sucateamento da fiscalização do trabalho

Participantes de audiência pública realizada nesta sexta-feira (27), pela subcomissão que irá propor um Estatuto do Trabalho para ser analisado pelo Senado denunciaram um processo — que eles entendem ser deliberado por parte do governo — de sucateamento da fiscalização do trabalho.

Os fiscais Ana Luísa Horcades e Francisco Luís Lima apontaram que o setor tem sofrido com falta de estrutura, orçamento e pessoal, especialmente na área rural, para que a missão seja cumprida de acordo com as necessidades verificadas.

A auditora ainda teme que a postura do governo esteja já provocando uma mudança cultural por parte do setor empresarial brasileiro, que estaria se sentindo hoje "quase inimputável". Relatou que recentemente, durante fiscalização em Petrópolis (RJ), ouviu do responsável por uma obra que ela fizesse como o ministro Ronaldo Nogueira (do Trabalho) e "agisse com bom senso" ao verificar as condições de salubridade dos trabalhadores, inclusive às relacionadas ao risco de morte.

Cumprindo a Constituição - O procurador do trabalho Raymundo Lima Júnior e o desembargador Mario Caron (do TRT - 10ª Região) apontaram ainda que diversos artigos da reforma trabalhista deverão ser contestados em casos concretos na Justiça, por no entender deles



ferirem direitos e princípios fundamentais da Constituição.

Dignidade do trabalhador - O advogado Guilherme da Hora, da Central dos Trabalhadores do Brasil, comparou na audiência a portaria do Ministério do Trabalho para fiscalização do trabalho escravo (MTB 1.129/2017) com o Manual de Boas Práticas Agropecuárias para Bovinos de Corte, elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e direcionado ao agronegócio. O advogado leu trechos em que a Embrapa aponta aos produtores rurais que o bem-estar animal é lucrativo e deve ser respeitado "do nascimento ao abate". Com base em estudos da Organização Mundial de Saúde Animal, recomenda aos produtores a adoção de uma série de procedimentos para que o gado de corte não sofra desconforto físico, térmico, emocional e alimentar, que resultarão ao final em maior produção e resultados econômicos.

Os efeitos da portaria MTB 1.129 acabaram sendo suspensos pela ministra Rosa Weber, do STF, na terça-feira (24), por entender que a norma fere princípios fundamentais da Constituição e acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Fonte: Agência Senado



TRF4 uniformiza entendimento sobre contagem do período de auxílio-doença como tempo especial

A 3ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou dia 25/10 o oitavo Incidente de Demandas Repetitivas (IRDR) admitido pela corte. Com a decisão, o tribunal estabeleceu tese jurídica em matéria previdenciária que deve passar a ser adotada em toda a Justiça Federal da 4ª Região.

Com a decisão, que foi unânime, o período de auxílio-doença de natureza previdenciária, independentemente de comprovação da relação da moléstia com a atividade profissional do segurado, deve ser considerado como tempo especial quando o trabalhador exercia atividade especial antes do afastamento.

O IRDR foi proposto por haver divergência jurisprudencial entre a Turma Regional de Uniformização (TRU) e o TRF4. As turmas especializadas em Direito Previdenciário do tribunal vinham aplicando o artigo 57 da LBPS/91, que trata da aposentadoria especial, de forma restritiva. Com essa interpretação, somente moléstias relacionadas à atividade profissional especial deveriam ser reconhecidas como tempo especial para fins de concessão do benefício.

Para o relator do IRDR, desembargador federal Paulo Afonso Brum Vaz, essa interpretação para a concessão do benefício, “estaria excedendo

o poder regulamentar e restringindo indevidamente a proteção especial devida pela Previdência Social ao trabalhador sujeito a condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física”.

O desembargador frisou que o estado de saúde do segurado compreende todo o histórico clínico, o grau de comprometimento funcional dos órgãos e do sistema imunológico após anos de submissão a agentes nocivos. Como exemplo, Brum Vaz citou os trabalhadores de minas de carvão que, quando acometidos por gripes, não têm a mesma capacidade de recuperação de quem que trabalha em ambiente livre de poluição.

Voto-vista - O desembargador federal Celso Kipper apresentou voto-vista complementando o entendimento de Brum Vaz. Ele ressaltou a importância de considerar a influência dos agentes agressivos por ocasião do desempenho da atividade especial na deterioração geral de saúde.

Segundo o desembargador, “a dificuldade de se estabelecer um nexo causal entre os agentes agressivos a que esteve sujeito o segurado durante sua jornada laboral e os males ensejadores da incapacidade que propiciou o gozo do auxílio-doença decorre de uma série de fatores, entre os quais se inclui “o conhecimento insuficiente quanto aos efeitos para a saúde associados com a exposição em questão”.

Como exemplo, Kipper citou a relação de causa e efeito entre a exposição ao amianto e o câncer antes de se ter conhecimento de que aquele agente era causa desta doença, o que foi revelado no documento Critério de Saúde Ambiental 203 do Programa de Segurança Química da Organização Mundial da Saúde.

Fonte: TRF4

Comissão permite dedução de despesas com medicamentos de IR de idosos

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 7898/10, do deputado Manoel Junior (PMDB-PB), que permite a aposentados e pensionistas com 60 anos ou mais deduzir do Imposto de Renda as despesas com medicamentos para uso próprio.

Pelo texto, o gasto deverá ser comprovado com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário. A proposta altera a Lei 9.250/95, que trata do Imposto de Renda, na parte que lista as deduções possíveis. Atualmente, podem ser deduzidos da declaração pagamentos efetuados a médicos e dentistas e a outros profissionais da saúde, entre outras despesas.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)



Mazinho reúne-se com Federação do Pará/AP

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, reuniu-se na última sexta-feira com os dirigentes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário dos Estados do Pará e do Amapá (FETRACOMPA), quando foi recebido pelo presidente da entidade, Antonio Rodrigues, e o dr. Iran Farias Guimarães (*foto*), que assumirá na próxima gestão a Secretaria para Assuntos Parlamentares da CONTRICOM.

Na ocasião, foram debatidos assuntos de interesse dos trabalhadores, como a reforma trabalhista, ficando definido a realização de um evento com a participação dos sindicatos filiados à Federação, no próximo dia 24 de novembro, com a previsão de palestras do próprio dr. Iran e do dr. Leonardo, que estão percorrendo o Estado para orientar as lideranças sindicais de como proceder frente às alterações da legislação vigente. Há, também, a possibilidade da dra. Zilmara Alencar proferir palestra nesse evento. Já no dia 25 de novembro, a FETRACOMPA promove reunião de seu Conselho de Representantes.